

Subvenções ao sector da energia e energias renováveis

As intervenções financeiras do Estado no sector da energia foram usuais durante muitos anos. Os Governos recorreram à concessão de subvenções para aumentar a segurança no abastecimento, reduzir a poluição atmosférica e as emissões de gases com efeito de estufa, reforçar a competitividade, gerar benefícios sociais e proteger o emprego.

No entanto, existe alguma controvérsia quanto à eficácia destas intervenções, para além de as prioridades políticas e as possibilidades tecnológicas variarem no tempo. Por conseguinte, seria útil proceder a uma avaliação das subvenções existentes com vista a determinar se estas correspondem às necessidades da sociedade como um todo. A presente estimativa das subvenções actuais nos antigos Estados-Membros da União Europeia (UE-15), com um enfoque especial nas energias renováveis, constitui um contributo para uma avaliação deste tipo.

O que são as subvenções ao sector da energia?

Não existe nenhuma definição consensual para subvenções ao sector da energia, nem um mecanismo de apresentação de relatórios harmonizado. Para esboçar um quadro o mais completo possível, a AEA analisou uma vasta gama de mecanismos de apoio directos e indirectos (AEA, 2004). As subvenções orçamentais são transferências que ganham a forma de despesa pública nas contas nacionais. É o caso das transferências de fundos em benefício de produtores de energia, consumidores e organismos relacionados, bem como de empréstimos a juros ou taxas reduzidos apoiados pelos governos. São exemplos de subvenções extra-orçamentais as isenções e reduções fiscais, o acesso preferencial ao mercado, os sistemas de apoio regulamentares e o acesso preferencial aos recursos naturais.

Quadro 1. Estimativas do total de subvenções concedidas ao sector da energia em 2001, UE-15, mil milhões de euros

	Combustível sólido	Petróleo e gás	Nuclear	Energias renováveis	Total
Orçamentais	> 6.4	> 0.2	> 1.0	> 0.6	> 8.2
Extra-orçamentais	> 6.6	> 8.5	> 1.2	> 4.7	> 21.0
Total	> 13.0	> 8.7	> 2.2	> 5.3	> 29.2

Nota: as subvenções à produção de electricidade são afectas a combustíveis com base nos inputs de geração. Os custos externos não são aqui incluídos.

Fonte: AEA.

Estimativa das subvenções ao sector da energia na UE dos 15

Os dados utilizados provêm de variadas fontes. Dados os dados disponíveis, o estudo abrange apenas a UE dos 15.

O total de subvenções (excepto os custos externos) encontra-se avaliado na casa dos 29 mil milhões de euros por ano (Quadro 1). Enquanto que os combustíveis sólidos beneficiaram da maior quota de subvenções, as energias renováveis receberam um apoio significativamente superior comparativamente a outros combustíveis com base no número de unidades produzidas. Assim, os governos parecem reconhecer que a energia renovável é uma indústria muito menos madura e com uma necessidade muito maior de apoio em termos tecnológicos comercial para o respectivo desenvolvimento comercial.

Combustíveis sólidos — Uma parte significativa das subvenções extra-orçamentais continuam a destinar-se à indústria do carvão na Alemanha (mais de 4 mil milhões de euros) e em Espanha (mais de mil milhões de euros). O apoio extra-orçamental é particularmente elevado na Alemanha (cerca de 3,5 mil milhões de euros).

Petróleo e gás natural — As subvenções ao petróleo são escassas. O apoio ao gás natural, principalmente extra-orçamental, é substancial nos Países Baixos (entre 0,9 a 2,4 mil milhões de euros), no Reino Unido (aproximadamente 1,4 mil milhões de euros) e em Itália (cerca de 0,9 mil milhões de euros).



Energia nuclear — O apoio orçamental à energia nuclear provém de subsídios na área da investigação e do desenvolvimento (I&D) por parte dos Estados-Membros (sobretudo França, Alemanha e Itália) e da Comunidade Europeia. Os valores não tomam em consideração que não é necessário o pagamento de um seguro de responsabilidade civil.

Energia renovável — O apoio à energia renovável encontra-se actualmente bem consolidado na UE dos 15. Os Estados-Membros fornecem uma combinação de apoio aos preços mediante tarifas de alimentação, obrigações de compra ou concursos, juntamente com uma série de subvenções em capital e sistemas fiscais (Quadro 2). Em 2001, os níveis mais elevados de apoio registaram-se na Alemanha e em Itália, tendo sido atribuídos mais de mil milhões de euros, principalmente na forma de tarifas de alimentação.

Electricidade — Os Países Baixos (mais de 1,5 mil milhões de euros), o Reino Unido (cerca de 1,5 mil milhões de euros) e a Alemanha (cerca de 1,8 mil milhões de euros) prestaram apoio extra-orçamental substancial ao consumo de electricidade.

Subvenções e energias renováveis

A situação actual caracteriza-se pela liberalização e pela privatização do mercado da energia, o que conduz a preços mais baixos do que o previsto, a uma maior volatilidade dos preços e a um risco comercial acrescido em conexão com investimento em novas capacidades. Os responsáveis pelo planeamento de energia começaram a exprimir as suas preocupações relativamente aos níveis actuais limitados de investimento em novas capacidades por parte do sector privado, dado o aumento de procura de energia projectado para as próximas três décadas. Qualquer atraso na desactivação de velhas fábricas alimentadas a combustíveis fósseis para garantir o abastecimento dificultará mais a redução de emissões de gases com efeito de estufa conforme as obrigações internacionais.

As energias renováveis podem desempenhar um papel na redução de emissões de gases com efeito de estufa, tornando seguro o abastecimento de energia e reduzindo a volatilidade dos preços. Tais benefícios são reflectidos nas metas políticas, tais como as metas indicativas comunitárias para as energias renováveis para 2010. No entanto, estas metas não serão cumpridas com base nos fracos níveis de apoio político e financeiro actuais.

Referências:

AEA (2004): *Energy subsidies in the European Union, a brief overview*.

EEA Technical report No 1/2004.

Stenzel, T., Foxon, T. and Gross, R. (2003): *Review of renewable energy development in Europe and the US. A report for the DTI Renewables Innovation Review October 2003, ICCEPT*.

Quadro 2. Políticas de apoio para energias renováveis na UE dos 15

País	Subvenções em capital	Tarifas de alimentação	Certificados/ obrigações	Concursos	Mecanismos fiscais
Áustria	X	X	H		X
Bélgica	X	X	X		X
Dinamarca	H	X			X
Finlândia	X				X
França	X	X		X	X
Alemanha	X	X			X
Grécia	X	X			X
Irlanda	X			X	X
Itália	X	H	X		X
Luxemburgo	X	X			
Países Baixos	X	X	X		X
Portugal	X	X			X
Espanha	X	X			X
Suécia	X		X		X
Reino Unido	X		X	H	X

Nota: X = mecanismo actualmente aplicado, H = política histórica, actualmente alterada.

Fonte: adaptado de Stenzel, Foxon e Gross (2003).

Os briefings AEA são introduções concisas e de leitura fácil a questões ambientais de actualidade, baseadas na mais recente informação disponível. Os briefings estão disponíveis no website da AEA: www.eea.eu.int

